

# Direitos Reprodutivos em Foco: Audiovisuais Didáticos Como Ferramentas Para a Educação de Jovens<sup>1</sup>

## Reproductive Rights in Focus: Didactic Audiovisuals as Tools For the Education of Young People

Taluana Laiz Martins Torres<sup>2</sup>

Maria de Fátima Salum Moreira<sup>3</sup>

### Resumo

Apresentamos os resultados de uma pesquisa de doutorado que teve como objeto o estudo das produções audiovisuais didáticas sobre sexualidade e direitos reprodutivos, produzidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e que constituem um importante material de apoio para professores que trabalham com jovens. O estudo investiga como as questões relacionadas aos direitos reprodutivos são apresentadas e que formas de compreensão e significado elas proporcionam. Três vídeos foram analisados: Minha vida de João, Era uma vez outra Maria e Bonezinho vermelho. A perspectiva sociohistórica e cultural de Mikhail Bakhtin (1990) e seus conceitos de dialogismo, intertextualidade e interdiscursividade forneceram o marco teórico para as análises empreendidas.

**Palavras-chave:** Educação. Juventude. Materiais Didáticos.

### Abstract

We present the results of a doctoral research that had as its object the study of didactic audiovisual productions on sexuality and reproductive rights, produced by Non-Governmental Organizations (NGOs) and that constitute an important support material for teachers who work with young people. The study investigates how issues related to reproductive rights are presented and what forms of understanding and meaning they provide. Three videos were analyzed: Minha vida de João, Era uma vez outra Maria and Bonezinho vermelho. *Mikhail Bakhtin's* (1990) sociohistorical

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Docente do curso de Pedagogia da Faculdade de São Sebastião – FASS. ORCID.0000-0002-8427-1216.

<sup>3</sup> Mestre em História, Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Doutora em História Social pela Social pela Universidade de São Paulo – USP. ORCID. 000-0002-42857358

and cultural perspective and his concepts of dialogue, intertextuality, and interdiscursiveness provided the theoretical framework for the analyses undertaken.

**Keywords:** Education. Youth. Teaching materials.

## 1 Introdução

No Brasil, as discussões sobre sexualidade e direitos reprodutivos de jovens foram inicialmente formuladas e concentradas na área da saúde. O tema ingressa o âmbito educativo através de políticas públicas dirigidas a educação em sexualidade e, mais tarde, é ampliado com o avanço das propostas de educação em direitos humanos.

No ano de 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a educação sexual foi inserida oficialmente na educação escolar como um tema transversal intitulado Orientação Sexual. Claudia Vianna (2010) salienta que um dos avanços do documento foi incluir a discussão de gênero nas referências para a formação docente.

Já em 2007 foi promulgado o Decreto Federal que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PND) como política governamental que resultou na elaboração dos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos.

Com efeito, a partir da publicação dos parâmetros curriculares e dos planos nacionais de educação em direitos humanos, foram lançados diversos editais por parte dos organismos públicos federais com o objetivo de fomentar projetos de formação contínua de docentes na área da educação em sexualidade e gênero.

Nesse contexto, tanto as Universidades como Organizações Não Governamentais (ONGs) começaram a desenvolver trabalhos de capacitação relacionados ao tema, produzindo também materiais didáticos para apoiar suas ações. Diversas ONGs se converteram em uma referência na produção didática voltada para o tema da sexualidade. Essa foi amplamente divulgada e adotada por várias redes de educação pública e também indicadas pelo Ministério da educação para o trabalho com jovens.

Esse cenário de crescente produção de conhecimentos e investimentos no âmbito da formação docente para trabalhar com a temática permitiu que os saberes produzidos fossem, aos poucos, tornando-se mais próximos dos docentes e adentrassem as escolas de educação básica. Entretanto, esse movimento encontrou

resistência de alguns grupos religiosos e uma onda conservadora foi ganhando cada vez mais força na sociedade, resultando em diversos ataques aos trabalhos propostos para serem desenvolvidos ou já em execução nas escolas (LAGO *et al*, 2019).

De lá para cá, quando estamos por concluir a segunda década do século XXI, convivemos com constantes ataques as Universidades e escolas públicas brasileiras, com tentativas de repressão e censura ao trabalho de professores e ao currículo escolar. Elas se expressam em intervenções voltadas para os interesses do mundo do trabalho neoliberal, em sua fase atual, bem como em projetos que confrontam os direitos humanos e os valores voltados para a defesa da diversidade social e a luta contra as desigualdades de classe existentes. Essas ações podem ser identificadas nos projetos envolvidos com a denominada 'escola sem partido' e no ataque contundente a uma suposta 'ideologia de gênero'. Tais narrativas e práticas correlatas são apoiadas por grupos que se intitulam 'defensores da família', marcando um período de intensas disputas não apenas no âmbito da educação, mas em setores como da saúde, do meio ambiente, entre outros (LAGO *et al*, 2019). Sonia Correa (2018) salienta que esse fenômeno não ocorre apenas no Brasil:

Já na América Latina, eu diria que experimentamos uma síndrome de denegação. O extenso e profundo legado colonial do Catolicismo e os impactos da expansão evangélica dos últimos vinte anos nos fizeram interpretar a recente ira contra gênero como "mais do mesmo", ou seja, apenas como mais uma nova onda de ataque religioso dogmático contra as pautas democráticas de gênero e sexualidade (CORREA, 2018, p.12).

Contudo, toda tentativa de censura, proibição e cerceamento produzem estratégias de resistência por parte dos sujeitos e grupos. Nessa ótica, (re)construir espaços educativos de reflexão, participação e resistência para dar continuidade a um projeto social em que os direitos relativos a equidade de classe, gênero, sexualidade e raça sejam retomados e garantidos, é de grande urgência. .

No âmbito de tal processo, ganha destaque a necessária atenção para que seja dada a continuidade e fortalecimento às ações que estavam em curso no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, impulsionando, para isso, as investigações e estudos que promovam uma educação democrática para a sexualidade e gênero. Assim, os resultados da pesquisa aqui apresentados continuam atuais e necessários no atual contexto onde a liberdade tem sido

ameaçada por projetos que vão na contramão de uma educação plural e participativa.

Josefina Brown (2011, p.25) salienta que, nos últimos vinte anos, proliferou uma multiplicidade de discursos acerca dos direitos reprodutivos e sexuais, entretanto, o nó central está em como comunicá-los e gerar direitos para que possam ser apropriados subjetivamente pelas pessoas. Partimos da compreensão da educação enquanto um dos espaços de discussão e formação no qual é possível apropriar-se e ressignificar os saberes teóricos sobre a sexualidade e direitos reprodutivos, para que sejam convertidos em direitos pela população juvenil.

Assim, os resultados de pesquisa de doutorado em educação aqui apresentados, referem-se ao estudo de produções didáticas audiovisuais sobre o tema da sexualidade e dos direitos reprodutivos, elaboradas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), no Estado de São Paulo, os quais são destinados aos docentes para o uso no trabalho pedagógico com os jovens.

Neste artigo apresentaremos a análise de três vídeos, dos quatro que compuseram o *corpus* da investigação, são eles: *Minha vida de João, Era uma vez outra Maria* e *Bonezinho Vermelho*, produzidos pela ONG ECOS- Comunicação em sexualidade - instituição que possui relevante experiência no desenvolvimento de projetos de educação voltados à questão da sexualidade em interface com os direitos sexuais e reprodutivos.

## **2 Caminhos metodológicos**

A escolha em analisar audiovisuais didáticos sobre sexualidade e direitos reprodutivos parte do entendimento de que tais suportes possuem uma intencionalidade de educar. Por conseguinte, o público-alvo desses materiais didático-pedagógicos é o escolar, tanto os seus educadores como os educandos. Tais suportes visavam favorecer a implementação de uma educação dirigida à sexualidade de forma mais sistemática nos espaços educativos, sendo de extrema relevância para os processos formativos.

Como mencionado anteriormente, tais audiovisuais adentraram as escolas brasileiras através de políticas públicas, por meio da distribuição realizada por secretarias de educação, sendo disponibilizados ou indicados para o trabalho com os temas da sexualidade juvenil e reprodução através de programas educacionais,

como é o caso do Programa Prevenção também se ensina (implantado em 2755 escolas estaduais de São Paulo, a partir do ano de 1996).

Ressaltamos, também, que diversos vídeos produzidos por ONGs são recomendados em materiais educativos produzidos pelos Ministérios da Saúde e da Educação, os quais integram o Programa Saúde nas Escolas (implantado em 26 Estados brasileiros), com destaque para os materiais do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas.

Dessa maneira, realizamos o levantamento, descrição e análise do conjunto de enunciados constituintes das narrativas imagéticas e textuais dos vídeos, bem como dos suportes técnicos e dos recursos utilizados na produção de imagens apresentadas nos audiovisuais. Além disso, manifestações dos autores ou responsáveis pela elaboração dos vídeos foram colhidas através de entrevistas no intuito de perceber os propósitos, interesses e necessidades que justificaram a sua produção, assim como o trabalho envolvido em sua produção.

As análises dos audiovisuais foram orientadas pelo enfoque dos Estudos da Cultura Visual, compreendendo a “[...] imagem visual como ponto central nos processos e através do qual os significados são produzidos em contextos culturais” (HERNÁNDEZ, 2009, p.21).

Partimos do entendimento das imagens e outras representações visuais como portadoras e mediadoras de posições discursivas, as quais contribuem para pensar o mundo e a nos pensar como sujeitos que, em suma, produzem modos de olhar e ser olhados. Ao nos acercarmos das imagens dos audiovisuais e de suas representações, notamos que não se trata de lê-las como um exercício de decifrar, mas de explorar os modos de relação em que nos colocam; ou seja, quais seriam as experiências que se podem derivar de nosso contato com elas. Isso se pode fazer colocando as imagens em relação, construindo narrativas visuais e empregando estratégias favorecedoras de intertextualidades. Tudo isso para favorecer uma reflexão e uma práxis crítica sobre como essas representações produzem formas de ver e visualizar posições e discursos sociais (HERNÁNDEZ, 2009, p.21).

No que tange aos produtores dos vídeos, a ONG ECOS foi criada em 1989 e era caracterizada por seus responsáveis nos seguintes termos: “[...] mais de vinte anos de atuação na defesa dos direitos humanos, com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, em especial de adolescentes e jovens” (ECOS, 2011), em projetos, pesquisas, educação, capacitação de profissionais, consultoria e comunicação em

sexualidade. A ECOS atua em âmbito nacional e internacional, desenvolvendo projetos com instituições governamentais e não governamentais, sendo que seus integrantes trabalharam na elaboração de uma proposta de educação em sexualidade a ser incluída na política educacional brasileira (ECOS, 2011).

Destacamos, também, a relevância das parcerias da ECOS com outras instituições e entidades. Conforme os depoimentos das integrantes da instituição, as parcerias do Aliança H (Homem) e Projeto M (Mulher) foram desenvolvidas com ONGs de outras localidades, como o Instituto Promundo (Rio de Janeiro), PAPAI (Pernambuco), *Salud y Género* (México) e *World Education* (Estados Unidos).

Conforme apresentado, a ONG pesquisada possui um amplo campo de atuação em projetos de educação voltados à questão da sexualidade em interface com os direitos sexuais e reprodutivos, alcançando “[...] um público que está muito além das regiões cobertas pela ação direta da instituição, fornecendo subsídios para que outras instituições deles se utilizem em seus próprios programas” (RIOS *et al.*, 2002, p.8).

### **3 Gravidez entre jovens: estudos e movimentos sociais**

Cabral e Heilborn (2010, p.121) “explicam que as ações governamentais referentes ao tratamento da sexualidade na e pela escola surgem com foco na educação em saúde, voltada à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, incluindo o objetivo de reduzir a ‘gravidez na adolescência’”. Por sua vez, a sexualidade, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, quando se faz presente, ainda é bastante tímida, visto que pouco visibiliza discussões e debates que envolvem os estereótipos relativos a gênero, aborto, diversidade sexual, classe, dentre outros.

Durante a década de 1990, enquanto o debate sobre a sexualidade do jovem e da gravidez na adolescência esteve pautado, em grande parte, no enfoque do problema social<sup>4</sup>, no final da mesma década, ganha destaque a discussão da sexualidade enquanto direito humano, impulsionado pelos movimentos sociais (com

---

<sup>4</sup> Diversos estudos, quando se reportam à gravidez entre pessoas mais jovens, costumam qualificá-la, de antemão, como “problema social”. É recorrente encontrar textos nos quais a gravidez entre jovens é denominada como precoce, indesejada ou não planejada, ainda que pesquisas nacionais apontem que cerca de 10% dos jovens entrevistados referiram ter planejado seus primeiros filhos (CALAZANS, 2005).

destaque para o movimento feminista) e pelas conferências internacionais, as quais foram fundamentais para elaborar os marcos dos direitos sexuais e reprodutivos.

Ademais, é preciso considerar, no debate sobre a reprodução na juventude, que a vivência da maternidade, nessa fase da vida, pode envolver o desejo de ser mãe e o planejamento de uma gravidez, contrapondo-se à discussão acadêmica brasileira referente à temática da “gravidez na adolescência” (CALAZANS, 2005), que sublinha o caráter negativo a partir do qual o fenômeno da sexualidade dos jovens foi examinado e compreendido por estudiosos, desde a década de 1990.

Nesses casos, a adoção de um discurso sobre a “gravidez na adolescência” como um problema a ser “tratado” e “prevenido”, em geral, não levava em conta os significados da experiência da maternidade/paternidade na vida dos jovens, desconsiderando as múltiplas combinações resultantes do modo como se cruzam as experiências de classe, etnia, geração, sexualidade, religião, gênero, dentre outras.

A partir do final da década de 1990, para além do discurso da gravidez e sexualidade do jovem enquanto problema social que deva ser “combatido” ou “prevenido”, a luta dos movimentos sociais visibilizou outro discurso pautado na noção dos direitos e que tem como pano de fundo os princípios da conquista da autonomia e da cidadania de diversos grupos. Tal ideia tem como ponto de partida a luta por direitos humanos no Brasil e no mundo. Mais especificamente, no campo da sexualidade, a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim, foram marcos regulatórios importantes, já que os direitos sexuais e reprodutivos passaram a ser considerados como uma ampliação da noção dos direitos humanos fundamentais.

Tais Conferências internacionais produziram programas de ações, recomendações e diretrizes para que, na prática, os direitos sexuais e reprodutivos pudessem ser construídos enquanto caminhos éticos, “[...] no sentido libertário e igualitário e não no sentido prescritivo de constituição de um modelo e regras para o exercício da sexualidade e da vida reprodutiva” (ÁVILA, 2003, p.466). Dentre as diversas estratégias e ações capilares, a educação aparece como uma das diretrizes fundamentais, uma vez que ela faz parte do processo que permite aos indivíduos decidirem livremente “[...] sobre as condições em que a reprodução pode (ou não) se realizar”, além de contribuir para a formação de crianças e jovens com vistas a prepará-los para tomarem decisões responsáveis, colaborando para o exercício da

participação e autonomia, compreendida como a possibilidade de que os indivíduos façam escolhas “[...] de acordo com um ideário de responsabilidade para consigo mesmos e para com os demais” (VIANNA; LACERDA, 2004, p.33).

Sendo a educação um dos espaços privilegiados – conquanto não o único – na formação dos jovens, no que diz respeito aos seus direitos, questionamos que tipo de formação está sendo oferecida a esses sujeitos, quanto aos temas da sexualidade e dos direitos reprodutivos.

Com efeito, partimos do entendimento dos direitos reprodutivos enquanto “[...] princípios e normas de Direitos Humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável da sexualidade e da reprodução humana” (VENTURA, 2009), tratando-se, pois, do direito de toda pessoa decidir se quer ou não ter filhos, quantos e quando, além de ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção ou restrição, de qualquer natureza, que implique violência física e emocional.

Nesse sentido, visamos a compreender, na análise dos audiovisuais didáticos produzidos por ONGs, para o trabalho com jovens e educadores, em que medida e como as concepções, práticas e saberes em que se sustentam as políticas educacionais e as ações delas derivadas se encontram relacionados e convergem para a orientação do modo como pensamos e lidamos com o tema da educação voltada à sexualidade, proposta para a juventude nos espaços escolares.

Para entender como esse processo ocorre, apresentamos as análises de três suportes didáticos audiovisuais que utilizam narrativas de ficção, nos quais os enredos centrais giram em torno de histórias que envolvem a sexualidade juvenil e a descoberta de uma gravidez. Por isso, ao analisarmos os audiovisuais didáticos criados por ONGs engajadas na promoção dos direitos reprodutivos dos jovens, foi necessário observar e problematizar os materiais para além do que os produtores/elaboradores anunciavam, ainda que levando em consideração seus objetivos e percepções.

Partindo da obra que se materializou, é procedida a análise de como tais suportes didáticos elaboraram, traduziram e direcionaram para os jovens os discursos sobre a sexualidade, mais especificamente, sobre a gravidez e os direitos

reprodutivos. Tratamos de analisar os audiovisuais e seus respectivos manuais<sup>5</sup> com o intuito de identificar suas propostas educativas, o que implica o questionamento sobre o tipo de jovem que se pretende formar.

Nesse sentido, questionamos se tais materiais estariam atuando enquanto dispositivos da biopolítica, que, na concepção de Agnes Heller e Ferenc Feher (1995), se configuram enquanto um produto da racionalidade moderna e atuam como um conjunto de práticas, saberes e medidas que tentam capturar, orientar, interceptar, modelar ou controlar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos sujeitos, visibilizando modos legítimos de viver a sexualidade na juventude.

As ideias de juventude, reprodução, sexualidade e de “sexualidade na juventude”, que traduzem, são verificadas com base na análise dos cenários sociais e culturais apresentados nos vídeos e com atenção para a oposição entre as práticas explícitas ou implícitas, recomendadas ou criticadas, destacadas ou omitidas. Essas lentes nortearam a investigação e foram problematizadas com base nos estudos da cultura visual, na qual a imagem é concebida como ponto central dos processos por meio dos quais os significados são produzidos em contextos culturais determinados (HERNÁNDEZ, 2009).

O referencial teórico fundamenta-se nos estudos sócio-históricos e culturais de Mikhail Bakhtin (1986). Com base em seus conceitos de dialogismo, intertextualidade e interdiscursividade, propusemo-nos levantar, entrecruzar e analisar o conjunto de enunciados que compunham cada vídeo, bem como deles entre si, com vistas a nos aproximar dos contextos concretos de sua realização. Ressaltamos que o trabalho de interseccionar os enunciados resultou na construção das principais categorias temáticas e/ou conceituais a serem problematizadas nas análises dos audiovisuais.

#### **4 Histórias construídas sobre gravidez e reprodução**

Minha vida de João e Era uma vez outra Maria são vídeos de animação e, embora possam ser trabalhados separadamente, são complementares. É possível afirmar que eles se completam, pois as problemáticas centrais dos enredos são as

---

<sup>5</sup> É oportuno enfatizar que o foco de análise são os audiovisuais didáticos, de modo que os manuais foram utilizados para identificar as menções que os produtores das ONGs fazem às propostas pedagógicas adotadas, assim como para complementar as análises dos vídeos.

relações de gênero e uma gravidez não planejada vivida pelo casal de jovens, João e Maria.

Dessa maneira, as questões da paternidade e maternidade são contadas a partir da perspectiva dos dois personagens: em *Minha vida de João*, a narrativa é organizada sob a ótica do garoto, enquanto, em *Era uma vez outra Maria*, a mesma trama é construída pela perspectiva da garota.

Visto que as animações usam uma linguagem não verbal, as expressões dos personagens, os efeitos sonoros e imagens são os principais elementos que possibilitam compreender o enredo apresentado. As falas são substituídas por ruídos e balões de pensamento com imagens e símbolos que denotam o significado do que está sendo conversado ou pensado.

*Minha vida de João* foi produzido em 2006 e possui 23 minutos de duração. A narrativa gira em torno da questão da masculinidade e das relações de gênero, além dos conflitos de João para exercer papéis que lhes são exigidos, sendo que a descoberta de uma gravidez e o tema da paternidade estão presentes, no decorrer do desenho. Trata-se de uma história linear, que começa com João ainda bebê e prossegue com a construção de sua masculinidade, através de situações vividas da infância até a juventude.

As mudanças de interesses do menino também são foco no vídeo: o primeiro emprego como entregador de flores, a conquista da autonomia financeira, que lhe proporciona maior liberdade, a questão do prazer sexual, através da masturbação, e o primeiro relacionamento afetivo, com Maria.

O enredo enfoca o relacionamento do casal, em paralelo às experiências individuais do jovem. Em seguida, ocorre a primeira relação sexual, a iniciativa da namorada em propor o uso do preservativo, assim como a negociação de seu não uso pelos jovens e a descoberta da gravidez de Maria. As dúvidas do protagonista com relação à paternidade e as atitudes de João diante da gestação da namorada são retratadas, de modo que as primeiras reações do garoto são de revolta e não aceitação, representadas por meio do uso de bebida alcoólica pelo jovem, as brigas e desentendimentos com a namorada, a dificuldade de aceitação da gravidez e, por fim, o nascimento do filho e a resolução do conflito, com a assunção da paternidade.

A narrativa de *Era uma vez outra Maria*, audiovisual produzido em 2008 e com aproximadamente 20 minutos de duração, não é linear, de modo que a história,

em alguns momentos, avança ou retrocede, pois, apesar de o foco ser o presente, ele é intercalado com cenas do passado e futuro da jovem.

O filme destaca especialmente a relação da garota com sua família. Maria é uma jovem carismática e bastante questionadora das normas sociais, referentes aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, na família e na sociedade.

O primeiro bloco da trama retrata diversos conflitos vividos pela garota, iniciados na infância. Em seguida são destacados elementos relativos à vivência da sexualidade da jovem, como o envolvimento afetivo com João, o prazer sexual retratado através da masturbação, as relações sexuais, ausência do uso de contraceptivos, entre outros. Já no terceiro bloco, enfatizam-se as questões relacionadas à descoberta da gravidez, a reação da família diante da notícia, a tomada de decisão de levar a gravidez adiante, a menção ao aborto e as responsabilidades que a jovem assume, quando decide ter o filho.

Já o audiovisual Bonezinho Vermelho foi produzido pela ONG ECOS, em parceria com outras ONGs, no ano de 2003, e tem duração de 30 minutos. Na contracapa do DVD, há as seguintes informações sobre a história:

O namoro da adolescente Gabriela (Bonezinho vermelho) e Tavinho é contado por seu irmão, Mauro. Mostra as inseguranças e decisões do casal sobre a sua vida afetiva e sexual. O clímax se dá com a gravidez de Gabriela e as mudanças que ocorrem a partir daí, para ela, seu namorado e sua família (BONEZINHO VERMELHO, 2003).

## **5 Problematicando os direitos reprodutivos através dos audiovisuais**

Em Bonezinho Vermelho, a narrativa construída adota a intertextualidade com o conto infantil Chapeuzinho Vermelho. A história desse conto é bastante conhecida do público, embora apresente diversas versões: a mais popular é a dos irmãos Grimm, na qual a avó e Chapeuzinho voltam a viver, após serem devoradas pelo lobo. Os contos maravilhosos são caracterizados pela presença da magia e encantamento; seu enredo se passa em lugares desconhecidos ou distantes e seus personagens apresentam a bondade e a maldade bem definidos.

Bruno Bettelheim (2002) analisou os contos mais conhecidos, à luz da psicanálise. Ele explica que, ao longo dos séculos, essas histórias se tornaram cada vez mais refinadas, “[...] e passaram a transmitir ao mesmo tempo

significados manifestos e encobertos [...] transmitindo importantes mensagens à mente consciente, à pré-consciente e à inconsciente” (BETTELHEIM, 2002, p.6), visto que trabalham com dilemas humanos e existenciais, oferecendo resoluções temporárias ou permanentes para essas dificuldades. Apesar de a psicanálise não ser adotada como referencial teórico do estudo, as análises empreendidas por esse autor trazem elementos interessantes para a compreensão do conto, na intersecção com o vídeo Bonezinho Vermelho. Conforme Bakhtin (1986), a ambivalência e o dialogismo definem o texto como um “tecido de muitas vozes”, ou de muitos textos que se entrecruzam, se completam ou polemizam entre si, estabelecendo o sentido do discurso.

Na leitura de Bettelheim (2002), o conto Chapeuzinho Vermelho aborda problemas cruciais que a menina tem de solucionar, quando se expõe, perigosamente, a possíveis seduções, ao desobedecer às ordens da mãe. O lobo é o sedutor que engana a menina inocente, representando, também, o que há de mais animalesco e destruidor dentro de cada ser humano. Conforme o autor, Chapeuzinho Vermelho é amada por todos “[...] porque, embora virtuosa, sofre a tentação; e porque sua sorte nos diz que confiar nas boas intenções de todos, que nos parecem tão bons, na realidade deixa-nos sujeitos a armadilhas” (BETTELHEIM, 2002, p.185).

A cor vermelha, que comparece no título da história e dá nome à personagem principal, representa as emoções violentas, inclusive as sexuais. Dessa maneira, a sexualidade é o perigo ao qual Chapeuzinho está exposta, porque não é suficientemente “madura” ou capaz de lidar emocionalmente com ela, de modo que o conflito se constrói pelos interesses da garota de explorar o mundo (os caminhos da floresta) e pelo entendimento da personagem sobre o que os pais desejam dela: sua obediência.

No momento em que a personagem se permite viver os próprios desejos e desobedece às ordens da mãe, depara-se com a maldade e coloca a própria vida e de sua avó em risco. Entretanto, segundo o autor, pode ocorrer uma mudança, a partir da maldade e das experiências negativas. Quando é retirada da barriga do lobo pelo lenhador, a garota perde sua inocência e passa por uma transformação: “[...] devido à experiência, ela será capaz de decidir por conta própria [...] Chapeuzinho perdeu sua inocência infantil quando se encontrou com os perigos do mundo e os de dentro dela, e trocou-os pela sabedoria que só os que ‘renascem’

possuem” (BETTELHEIM, 2002, p.196). Por fim, ela castiga o lobo com a ajuda do lenhador, colocando pedras dentro da barriga do animal, o qual morre, retratando a vitória do bem sobre o mal.

Assim, a lição moral consiste na ideia de que os mais jovens não devem desobedecer aos pais, dando ouvido para estranhos, porque essa atitude pode ser fatal. Bettelheim (2002, p.194) complementa tal ensinamento, na medida em que afirma que “[...] só as experiências esmagadoras despertam sentimentos internos correspondentes com os quais não podemos lidar. Dominando-os, não precisamos temer o encontro com o lobo, nunca mais”.

No conto, o bem e o mal são personificados pelos personagens de Chapeuzinho e do lobo, respectivamente; já no filme Bonezinho Vermelho, essas características são mais sutis e menos maniqueístas, pois, embora Mauro, irmão da protagonista, se refira ao namorado de Gabriela como o “lobo mau” de seu jogo de computador, as características de Tavinho (namorado) evidenciam que ele pode ser “um lobo manso”, nas palavras do irmão, porque é representado como um garoto tímido, educado e carinhoso. Gabriela, por sua vez, é pintada ora como uma jovem inteligente e com atitudes questionadoras, ora como a mocinha “inocente” e despreparada, que sofre a pressão tanto do namorado como da amiga Valéria para se iniciar sexualmente.

A protagonista cede aos apelos do namorado e, após uma festa, tem sua primeira relação sexual com Tavinho, na casa de seus pais. No decorrer da narrativa, ela conta a Valéria, por telefone, que não usou preservativo, pois, embora o possuísse, no momento ela não pensou nas consequências dessa atitude: “Ah, na hora foi tudo tão diferente que eu nem lembrei de usar esses troços... eu nem pensei em gravidez, em Aids, eu nem pensei em nada disso, eu só pensei nele!” – justifica Gabriela.

Como visto, a sexualidade é mostrada como a experiência que comporta o imprevisto e o sentimento amoroso com que o jovem casal não está preparado para lidar, porque, mesmo demonstrando conhecimento sobre o uso de métodos contraceptivos e as possíveis consequências do sexo inseguro, isso não garante comportamentos que visem a evitar uma gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis.

O clímax da história ocorre, quando a garota descobre que está grávida, sendo que esse fato traz sofrimento e dificuldades para o relacionamento do jovem

casal, que não deseja ter o filho, mas assume a maternidade e a paternidade como consequência de seus atos. A gravidez surge como o “castigo” imposto aos dois. Assim, o vilão da história não é personificado por Tavinho, o “lobo mau”, mas pela gravidez da garota. A lição de moral, nessa perspectiva, é que jovens despreparados, que não usam métodos contraceptivos, têm como castigo a tarefa de cuidar de um filho. Ao mesmo tempo, a gestação e o nascimento do filho também são representados como a experiência “transformadora” na vida dos jovens, especialmente da protagonista, visto que o episódio os leva a aprender uma lição e “crescer” com ela, transformando-os em adultos mais reflexivos e responsáveis.

Ainda que a gravidez seja focalizada como um problema na vida do casal e de sua família, o enredo tenta desconstruir essa ideia, mostrando que a garota é capaz de assumir as responsabilidades dos cuidados de seu filho e ainda continuar estudando; contudo, isso não parece ser suficiente para a construção de uma ideia da gravidez na adolescência, pautada na perspectiva da responsabilidade e dos direitos, que supõe escolhas autônomas e acesso aos meios necessários para levar essas decisões adiante. Mesmo considerando que Gabriela tenha acesso à informação sobre contracepção, as desigualdades, hierarquias e valores concernentes a tais decisões e práticas mostram como essas questões incidem na experiência da sexualidade juvenil, limitando o poder de ação dos personagens.

Durante a entrevista, a Coordenadora da ONG afirma que Bonezinho Vermelho é uma história que aborda o tema da gravidez entre jovens sob uma perspectiva distinta, pois não se centra nos aspectos negativos do evento. Porém, dois trechos do vídeo se contrapõem a essa ideia. No primeiro deles, Mauro (irmão de Gabriela) apresenta os índices de gravidez entre jovens no Brasil e ressalta que tal fenômeno não ocorre apenas em nosso país; em suas palavras: “[...] o número de mulheres na faixa dos 15 aos 19 anos que engravidam é cada vez maior e uma boa porcentagem dessas adolescentes voltam a engravidar rapidinho e olha que o problema não é só no Brasil não”.

No segundo trecho, a mãe de Gabriela verbaliza as mudanças sociais decorrentes das conquistas das mulheres em diversos campos, questionando se a gravidez na adolescência não seria um retrocesso com relação a esses avanços: “Antigamente as mulheres casavam e tinham filhos mais cedo, quase não se

trabalhava fora de casa. Hoje não, temos autonomia pra decidir quando queremos ter filhos [...] será que uma gravidez na adolescência não vai contra tudo isso???”

Assim, as estratégias usadas para falar de direitos reprodutivos ficam apenas nos discursos de alguns personagens, porque, no decorrer da história, essa perspectiva não se concretiza. Por mais que a mãe da protagonista verbalize que as mulheres possuem autonomia para decidir o momento de ter filhos, a história de Gabriela, em nenhum momento, remete a essa condição, pois, no desfecho da narrativa, a jovem apenas se “conforma” com sua nova situação, adiando seus projetos de vida em função do evento da maternidade, o qual aparece como inadiável.

No vídeo *Minha vida de João*, a gravidez ocorre no contexto de um relacionamento amoroso. João se apaixona por Maria, conquista-a após entregar flores, anonimamente, em sua casa, e o casal começa a se encontrar e manter um relacionamento afetivo.

A primeira relação sexual do casal se dá sem uso do preservativo, de maneira que a consequência dessa atitude é a gravidez de Maria, que, a princípio, causa o distanciamento de João. Porém, após o conflito instalado, seu desenvolvimento caminha para a sensibilização do protagonista e a paternidade é assumida pelo garoto.

Embora fique claro que João não deseja ser pai, não existem opções disponíveis para concretizar essa escolha; nem mesmo uma conversa ou negociação entre os parceiros a respeito da decisão de ter ou não o filho está presente no vídeo. Assim, com a notícia da gravidez, João, alcoolizado, briga com Maria e se afasta da garota. Passado algum tempo, enquanto o garoto joga futebol com os colegas, vê Maria sentada na arquibancada com o filho no colo. João se emociona ao ver o bebê e decide procurar a garota. Nesse momento, é possível perceber que ele assume a paternidade e se reaproxima, dando roupas e brinquedos para o filho.

A problemática da assunção da paternidade é resolvida de forma positiva, sendo que a história termina com João tocando violão, ao lado de Maria, na frente da casa da jovem, enquanto o filho brinca com uma bola no chão. Ou seja, o “final feliz” funciona como a resolução do conflito da gravidez, demonstrando que o casal se uniu após os desentendimentos.

No manual que acompanha o vídeo, o texto intitulado “Devemos discutir sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos homens?” (ALIANÇA H, 2009) salienta que, no programa de ações do Cairo, há a menção da necessidade de maior participação masculina, no que tange às decisões no campo da sexualidade, reprodução e vida familiar. Adiante, destaca-se que:

[...] embora seja um texto que, de certa maneira, parte do pressuposto da existência de uma suposta irresponsabilidade jovem e masculina (visão esta que deve ser fortemente combatida), teve como mérito destacar a necessidade de ampliação de ações, políticas e programas que envolvessem a população masculina. (ALIANÇA H, 2009, p.37).

A despeito de se afirmar a necessidade de questionar a visão de homens como irresponsáveis nesses campos, observamos que tal ideia se faz presente em diversos momentos do vídeo Minha vida de João, porque o protagonista não é mostrado como sujeito capaz de reflexividade; ao contrário, a ideia de vulnerabilidade e a pouca participação nas decisões relacionadas à sua sexualidade são características que orientam a narrativa do audiovisual.

No vídeo Era uma vez outra Maria, o contexto em que se dá a gravidez se repete. O casal começa um relacionamento amoroso e a primeira relação sexual acontece, no sofá da casa da garota, sem o uso de preservativo masculino ou feminino.

Após a descoberta da gravidez, Maria dá a notícia ao namorado, que não aceita a ideia de levar a gestação adiante. Essa atitude resulta no desentendimento entre eles, e a decisão final de ter o filho é de Maria, que chama João em sua casa para lhe dar a notícia. João e Maria estão sentados no sofá da casa da protagonista, no momento em que ela mostra um sapatinho de bebê amarelo ao garoto, indicando sua decisão de levar a gravidez adiante. O sapatinho é uma forma de materializar a criança que irá nascer e pode ser entendido também como uma tentativa de comover o garoto, trazendo a ideia romântica, sagrada e idealizada do nascimento, da maternidade e paternidade. Essa atitude não o convence e a cena termina com o choro descontrolado de João.

No decorrer da história, quando Maria se descobre grávida, embora esse não fosse seu desejo, a realização da maternidade passa a ser aceita aos poucos, conforme ela pensa sobre o assunto. É possível notar que, depois de ter o filho, mesmo diante das dificuldades mostradas, a protagonista assume uma tripla jornada

de trabalho, sendo que, além de estudar e trabalhar como atendente de um mercado, também cuida do filho.

Dessa maneira, diferentemente das pesquisas nacionais que apontam as jovens que vivenciam a experiência da maternidade como aquelas que perpetuam sua condição de pobreza, pois abandonam os estudos e vivem na dependência dos familiares (HEILBORN, 2006), a protagonista da história contraria essas expectativas, uma vez que não abandona a escola, começa a trabalhar e constrói meios para viver a maternidade e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos seus projetos de vida, como ser professora ou técnica de futebol. Ou seja, apesar dos percalços, ela rompe com estereótipos produzidos para uma mãe jovem, porque a chegada de um filho a “empurra” para a busca da independência, retirando-a de sua zona de conforto.

Por outro lado, os audiovisuais acabam alimentando a ideia da gravidez entre jovens enquanto um problema social, já que a reprodução se dá, em todos os casos, em um contexto de não planejamento, no qual não houve a adoção de atitudes de proteção. Mais uma vez, a narrativa revela uma história que tenta ensinar por seu viés negativo: o que os jovens não devem fazer, mostrando as consequências de atitudes como o sexo sem proteção.

Nesse sentido, há uma representação única da gravidez entre jovens, delimitada por fatores como gênero e classe social. No entanto, trazer à tona o não dito e o silenciado, como a compreensão e consideração de que a gravidez entre os jovens pode fazer parte da realização de um projeto de vida, seria um avanço na discussão sobre o tema, de sorte que significaria potencializar um debate mais plural e menos fatalista com relação à sexualidade juvenil. Mostrar os problemas a serem enfrentados nos cuidados com os filhos, tais como a necessidade dos serviços de apoio com creches, atendimento à saúde, educação e outros, seria um caminho para estabelecer uma consciência dos direitos e indicar onde estão as principais origens dos problemas sociais.

As relações assimétricas de gênero são evidentes, na medida em que as responsabilidades dos homens e/ou dos pais são pouco retratadas, em todas as narrativas. Nos vídeos, há um investimento muito maior no corpo e sexualidade das mulheres, porque elas ficam grávidas e se conformam em assumir a maternidade, o que acarreta uma mudança significativa no intercurso de suas vidas, através das

dificuldades em conciliar estudos, cuidados com os filhos e, em alguns vídeos, trabalho.

As famílias das jovens mães são aquelas que arcam com as maiores responsabilidades com relação aos cuidados dos bebês, sendo que as famílias dos pais nem mesmo comparecem nas narrativas.

A princípio, a imagem que prevalece é a gravidez, a maternidade e a paternidade como problemas que surgem como consequência do não planejamento das relações afetivas e sexuais, da imprevisibilidade. Tendo em vista que os direitos reprodutivos envolvem a decisão de ter ou não ter filhos, a abordagem dos audiovisuais configura-se como limitada e parcial, pois indica a maternidade e paternidade não como uma possibilidade, um desejo ou direito, mas como uma consequência do não uso de métodos contraceptivos. Após o conflito instalado (descoberta da gravidez pelos jovens), seu desenvolvimento caminha para a sensibilização dos personagens diante das novas responsabilidades que acarretam os cuidados de um filho, relacionando-a a um final feliz e conciliador.

Vale dizer que os filmes abordam a questão da reprodução para relacioná-la a uma “lição” que deve ser aprendida. Toda orientação parece no sentido de mostrar como esse evento é causador de dificuldades na vida dos jovens e, embora o enredo enfoque a possibilidade de vivência da maternidade e paternidade entre jovens, não rompe com a ideia de gravidez na adolescência/juventude enquanto problema social, representação muito difundida na literatura científica e incorporada pelos discursos sociais.

A pesquisa de Barros (2013, p.125) sobre as relações entre biopolítica e educação, a partir de um grupo de discussão sobre saúde com alunos de Fortaleza, revela como “[...] as ações de educação sexual enunciam recomendações de caráter preventivo, dissociando o sexo do prazer, tratando a sexualidade juvenil através de seu aspecto negativo, pois diretamente relacionado com doenças e a necessidade de sua prevenção”. Todavia os alunos que relatam essas experiências “[...] se colocam em uma posição de resistência e questionamento dessas estratégias, evidenciando as contradições desse tipo de discurso, repetitivo e unilateral, mas que muitas vezes passa a ser incorporado pelos próprios jovens” (BARROS, 2013, p.125).

Barros (2013, p.125) apresenta a fala de alguns jovens participantes de sua pesquisa, para mostrar como muitos percebem esse tipo de discurso prescritivo,

que o autor chama de estratégia governamentalizadora, configurando-se como práticas que “[...] não se restringem a excluir os diferentes [...] visto que também buscam incluir diferenças, orientar as condutas dos indivíduos sobre si mesmos, angariar a adesão voluntária de todos em nome de ideias consensuais, sob um viés preventivo que antevê riscos e se antecipa às condutas”:

Camila: “Eles falam pra gente dessa maneira já dizendo: ‘Olha, eu tô dizendo pra vocês que isso [sexo] é errado, eu tô dizendo pra você não fazer isso”

Pedro: “Eu acho que se fala mais... se fala mais os pontos pior, tipo, o que acontece quando a mulher engravida na adolescência, as DSTs são as doenças... Acho que o pessoal só fala só da parte ruim, é, tipo, como se fosse pra botar medo, pra pessoa não fazer isso. Por causa que se ela for falar: ‘Ah, a mulher, é muito bom ser mãe’, esse tipo de coisa é um incentivo e as pessoas, os pais, nem todo mundo quer que a filha engravide, por isso que fala mais os pontos ruins, pra evitar a pessoa fazendo isso. (BARROS, 2013, p. 127).

Nessa perspectiva, tais jovens se posicionam, criticamente, com relação à estratégia repetitiva e unilateral desse tipo de “pedagogia do medo”, a qual pretende estimular a prevenção, tanto de doenças sexualmente transmissíveis como da reprodução na juventude.

Assim, as orientações dos vídeos são construídas com base em modelos negativos da sexualidade juvenil, no intuito de mudar comportamentos ou sensibilizar os jovens para o uso do preservativo. A reprodução é mostrada não como um direito de escolha de “quando” ter filhos, mas como resultado da dificuldade de acesso aos meios necessários para realizar tais escolhas, influenciados por questões culturais e sociais, como as desigualdades de gênero. Torna-se evidente que utilizar elementos dos contos de fadas é uma estratégia narrativa que evidencia o quanto as idealizações referentes ao homem e à mulher são produtoras de imagens dicotômicas, as quais enfocam comportamentos inscritos na ideia de “bom ou mau”, aprováveis ou reprováveis em diversos campos, inclusive no âmbito da sexualidade juvenil.

Isso se torna um entrave para o desenvolvimento de perspectivas mais amplas, com relação aos direitos reprodutivos de jovens, porque os vídeos constroem roteiros em que a responsabilidade da contracepção, da gravidez e do cuidado com os filhos é quase exclusivamente das mulheres, de sorte que os homens são coadjuvantes. Se a intenção dos produtores é questionar essa ordem social, a forma como as histórias são construídas imprime a ideia de um reforço e perpetuação

dessas concepções, sendo que as potencialidades de mudanças, mais uma vez, são limitadas, visto que as possibilidades de autonomia, para tomar decisões, não são debatidas. Conforme Carvalho *et al.* (2012):

[...] cabe ao outro, adultos e instituições que lidam com este público, não se omitir da pluralidade de ser de crianças e adolescentes (que são constituídos por sexualidades específicas, em contextos situados), fundamentando relações não pautadas meramente em mecanismos disciplinadores e moralizantes, mas numa prática implicada e crítica dos saberes e experiências que dizem respeito ao escopo sexual. (CARVALHO *et al.*, 2012, p.84).

O que chama a atenção, também, é que essa discussão da igualdade entre homens e mulheres, além da questão da responsabilidade, pouco se faz presente nos materiais que integram os vídeos. Para exemplificar, no manual que acompanha o vídeo *Bonezinho Vermelho*, o conceito de responsabilidade se traduz na “[...] necessidade de uma maior participação do jovem nas decisões sobre sua sexualidade, com o intuito de estimular sua autonomia e respeito consigo mesmo e com o próximo” (ECOS, 2004, p.12). Por conseguinte, a força e poder de circulação desses manuais parecem menor, se comparados aos vídeos, os quais nos possibilitam compreender que os audiovisuais servem apenas como “ilustração” de situações bastante conhecidas com respeito à sexualidade juvenil.

## **6 Considerações finais**

As imagens e enredos dos vídeos são mediadoras de significados culturais que nos ajudam a pensar o mundo em que vivemos e problematizar os efeitos discursivos, em torno de experiências identitárias, particularmente da reprodução na juventude. Mais ainda, essas imagens nos indicam quem são os alvos das campanhas educativas. As mulheres jovens devem ser objetos de especial atenção, porque, como é enfatizado, são elas que arcam com as maiores responsabilidades. Por isso, mostrar as dificuldades que essa experiência pode comportar surge como uma espécie de antídoto, que estaria a serviço de resolver a questão da reprodução na juventude.

Esse debate se reflete na produção dos audiovisuais educativos, nos quais a gravidez vivida pelos jovens é sempre retratada como indesejada e não planejada, alimentando o imaginário acerca desse grupo enquanto aquele que não planeja

suas relações sexuais e que não utiliza métodos contraceptivos; por isso, a reprodução configura-se enquanto um problema que precisa ser resolvido ou solucionado.

É preciso questionar por que essa mesma história é repetida em todos os vídeos analisados que se propõem trabalhar a questão dos direitos reprodutivos de jovens. Quais seriam as motivações que levaram ao tratamento do tema, sempre da mesma maneira? Quais os limites e as possibilidades que essas narrativas trazem para o debate da reprodução juvenil?

Silva (2011, p.18) assinala que, “[...] por vezes, a insistência e a repetição de certos conteúdos contribuirão para que se autentique sua importância”; mais ainda, a representação de como os jovens vivem e experimentam sua sexualidade insere-se em um contexto de comunicação, pautado em um estereótipo que “comunica formas de pensar” e naturaliza uma temática.

Nesse sentido, a opção de não ter filhos como uma consequência do uso de métodos contraceptivos se dilui nas narrativas, visto que há a opção pela estratégia de narrar o seu não uso, a fim de que a gravidez possa ocorrer, já que ela compõe o clímax da história.

É importante salientar que, quando nos referimos à reprodução na juventude, associada à ideia de direitos reprodutivos, não estamos fazendo uma defesa da gravidez na adolescência ou negando que ser pai ou mãe, nesse período da vida, não pode ter consequências negativas sobre a trajetória de determinados sujeitos.

Como revelam diversas pesquisas, a gravidez na adolescência pode ser considerada, em muitos contextos, um problema social, de sorte que preocupações no âmbito das diversas áreas do conhecimento são relevantes e merecem a atenção que têm recebido em inúmeras pesquisas e ações sociais. Entretanto, é preciso ir mais além, interpelando perspectivas que acabam por reduzir os sujeitos a meros objetos, desconsiderando as experiências subjetivas de cada um e invisibilizando a diversidade de formas possíveis de se viver a sexualidade e a reprodução, nessa fase da vida.

Dessa maneira, os materiais produzidos para esse grupo estão presos a uma prática considerada "ideal" para essa etapa e, em vista disso, quando se trata da reprodução, essa noção é mais acentuada, uma vez que os audiovisuais sugerem um modelo a ser seguido por todos, que é a não reprodução, desconsiderando

questões como o desejo e o prazer, pois, apesar de ser um tema que “aparece”, ele não é central, nem o mais importante.

Nesse sentido, podemos inferir que tais materiais atuam como dispositivo da biopolítica, na medida em que estabelecem um currículo “politicamente correto”, sublinhando uma forma ideal de se viver a sexualidade na juventude, através de seu antimodelo: há um investimento em ressaltar o que não deve ser feito e as consequências negativas do desrespeito às normas desse modelo ideal, que supõe o que seria o “bem viver” para essa geração. Todavia, a repetição desses modelos considerados “bons para todos” acaba por restringir a liberdade de escolha individual, enclausurando as possibilidades de vivência de uma sexualidade autônoma e reflexiva pelos jovens (HELLER; FEHER, 1995).

Pensar em uma educação em sexualidade implica considerar como as relações interpessoais e as questões que envolvem o desejo são centrais para a compreensão das práticas, significados e valores em torno da sexualidade juvenil, de maneira que tal discussão e reflexão proporcionariam conhecimentos e troca de informações que ajudariam os jovens a compreender as próprias dificuldades, medos, crenças e atitudes nas relações estabelecidas em seu cotidiano.

A educação pode ser compreendida como um dos espaços capazes de estimular tais processos reflexivos, de sorte a debater e questionar com os jovens as diversas possibilidades de vivência dessa sexualidade, do desejo e da reprodução, assim como suas consequências, sejam elas as mais variadas. A construção de relações democráticas e a noção de existência relacional, a que alude Joel Kincheloe (2008, p.65), permitem que os jovens aprendam muito uns com os outros, bem como com os adultos, desde que exista um espaço para a troca de ideias e para a análise mútua da realidade. Nesses contextos, considerar os significados, desejos e idealizações a respeito da experiência da gravidez juvenil seria outro caminho, inclusive para questionar e desconstruir tais idealizações, posto que isso é tão relevante quanto problematizar as práticas experimentadas, tendo em vista que os jovens se apropriam, constroem e ressignificam suas identidades e formas de subjetivação conforme vivenciam, no decorrer de suas vidas, as suas diversas práticas e experiências afetivo-sexuais.

## Referências

ALIANÇA, H.; Promundo; Salud; ECOS, Género. **Série trabalhando com homens jovens. Instituto PAPAÍ.** Rio de Janeiro: Promundo, 2009.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.19 (supl.2), p.465-469, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 3. ed.. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, J.P.P. Biopolítica e educação: relações a partir das discursividades sobre saúde na escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 361-381, jan./mar. 2013.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BONEZINHO VERMELHO. Direção: Reginaldo Bianco. Produção: 3 Laranjas. Realização de ECOS. Comunicação em Sexualidade. São Paulo: ECOS. 30 min. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Temas Transversais: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BROWN, J. L. **Derechos sexuales y reproductivos:** teoría, política y espacio público. Buenos Aires: Teseo, 2011.

CABRAL, C. S.; HEILBORN, M. L. Educação integral em sexualidade dos jovens: da Conferência do Cairo aos dias atuais. In: **Rumos para Cairo +20:** compromissos do governo brasileiro com a plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. (Oficinas de trabalho). Brasília: Cidade Gráfica, v.1, 2010.

CALAZANS, G. Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para a reflexão. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, C.S.; SILVA, E.R.; SOUZA, S.J.; SALGADO, R.G. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 69-88, 2012.

CORREA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cad. Pagu, Campinas**, n. 53, e185301, 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332018000200401&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200401&lng=pt&nrm=iso), acessado em 03 nov 2019.

ECOS Comunicação em Sexualidade. **Gravidez na adolescência**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Racy, 2004.

ECOS. **Comunicação em sexualidade**. São Paulo: ECOS online, 2011. Disponível em: <http://www.ecos.org.br>, acessado em 18 jun 2011.

ERA UMA VEZ OUTRA MARIA. Produção: Jah Comunicações. São Paulo: Projeto M. 20 min. 2008.

HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2006.

HELLER, A.; FERENC, F. **Biopolítica**: la modernidad y la liberación del cuerpo. Barcelona: Península, 1995.

HERNÁNDEZ, F. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Trad. Ana Duarte. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KINCHELOE, J. L.; MCLAREN, P. (ed.). *Pedagogía crítica*: de qué hablamos, dónde estamos. Barcelona: Graó, 2008.

LAGO, M. C. de S. et al. Dificil falar do agora. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e65596, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2019000200100&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2019000200100&lng=pt&nrm=iso), acessado em 07 nov 2019.

MINHA VIDA DE JOÃO. Produção: Jah Comunicações. São Paulo: Projeto H. 23 min. 2006.

RIOS, R. R. Por um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

SILVA, A. C. T. da. **Temporalidades em imagens de imprensa**: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2011.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. São Paulo: Fundação Mac Arthur, 3. ed., 2009. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Direitos%20Reprodutivos%20no%20Brasil%203%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>, acessado em 01 abr 2015.

VIANNA, A.; LACERDA, P. **Direitos e políticas sociais no Brasil**: mapeamento e diagnóstico. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VIANNA, C. P. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: as ações coletivas aos planos e programas federais. Tese (Livre Docência), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.